

Uma crise que não se quer resolver

Depois de um longo debate e da nomeação de várias comissões, após muitas frases de feito tanto de técnicos e de reitores, quanto do próprio ministro da Educação, tudo indica que se chegou a uma solução quanto à prometida reforma dos vestibulares: cada escola poderá fazer o que bem quer, optando pela permanência do sistema eliminatório, ou adotando a mágica do vestibular classificatório. Ou seja, como a solução para o problema se afigurava difícil, implicando verbas, competência e, principalmente, definir uma política educacional para o País, preferiu-se seguir a tradição brasileira, "empurrando-se o problema com a barriga". Ainda nessa linha, o ministro da Educação deverá lavar as mãos para toda e qualquer consequência da decisão. A responsabilidade passa assim para os Conselhos Universitários, nada restando ao ministério, senão homologar as decisões. Tudo em nome da autonomia universitária...

Pilatos não faria melhor. A cada vestibular, as vagas não preenchidas — e sempre é bom lembrar que a exigência para a aprovação, hoje, é de três pontos em

dez! — funcionavam como a demonstração inquestionável de que a cada ano os alunos sabiam menos. É que a cada vestibular sobravam mais vagas. O que era de difícil percepção intelectual, as vagas não preenchidas tornavam patente: o nível de conhecimento acumulado dos alunos é a cada ano pior. Curar a febre, isto é, a má qualidade do ensino básico, custa caro e ofende interesses os mais diversos; é muito mais barato — e muito mais rendoso politicamente — quebrar o termômetro. Como a reação ao enunciado da mágica foi muito forte, o ministro resolveu tirar as castanhas do fogo com outras mãos. E não faltaram voluntários para a tarefa.

O presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, Marcelo Coelho, comemorou a decisão de que cada escola pode organizar os seus vestibulares de acordo com os seus interesses dizendo: "Nós lutamos muito pela autonomia universitária e esta é uma parte importante dela", garantiu. Cabe perguntar: autonomia para quê? Para avalizar tudo o que foi feito (e desfeito) com a Educação no Brasil nas últimas dé-

cadas, "lotando" até a última carteira cada sala de aula das universidades públicas para que ninguém suspeite de que a Educação de primeiro e segundo grau no Brasil não consegue transmitir 30% dos conhecimentos mínimos exigidos para quem pretende cursar uma universidade? O sentido da expressão "autonomia universitária" é o de proteger os lugares em que se produz e transmite conhecimento contra os desvios do poder para que se possa atender melhor à sociedade. Quem estará mais bem atendido se o "termômetro", que é o vestibular, for quebrado: o poder que não passará mais vexames crescentes pela existência de carteiras universitárias vazias, porque não existem alunos com conhecimentos suficientes para ocupá-las, ou a sociedade que será dóce e sucessivamente enganada com levas sucessivas de diplomados incapazes?

O Brasil tem, hoje, 1,5 milhão de estudantes matriculados no terceiro grau, com pouco mais de 33% destas vagas em universidades públicas. O segundo grau, em faixa etária pedagogicamente correta, oferece uma

clientela para o vestibular em torno de 600 mil alunos/ano, as universidades particulares e públicas oferecem em torno de 440 mil vagas, praticamente uma relação candidato/vaga que pouco passaria de um. Não é a quantidade de vagas — mesmo em instituições oficiais — ou o volume de exigência no momento do vestibular que impede a existência de uma escola culta com formação universitária. É a qualidade da clientela que bate às portas das faculdades, o pequeno volume de conhecimento adquirido em uma escola de segundo grau carente de tudo. Para resolver o problema será preciso definir uma política educacional que privilegie essa escola, para que a médio prazo parem de sobrar vagas em universidades públicas. Porém, como fazer isso se o Ministério da Educação não conseguiu nem mesmo fazer obedecer ao presidente e cortar gastos nas universidades federais, responsáveis por 80% do orçamento do MEC? É preciso lembrar sempre que, desses vultosos recursos, 79% são gastos para pagar salários de professores e funcionários...